



Da caridade à assistência social: a transformação das relações entre Igreja Católica e Estado

Relna Fagundes Fernandes¹

Resumo: Este artigo aborda a evolução das práticas de caridade e assistência social no Brasil, destacando a interação entre a Igreja Católica e o Estado ao longo do tempo. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e fontes bibliográficas para analisar como a transição das práticas religiosas de caridade para políticas públicas assistenciais moldadas como relações de poder e o enfrentamento da desigualdade. A análise inclui a influência da modernidade, do progresso e do capital simbólico acumulado pela Igreja, além de discutir iniciativas contemporâneas como a Cáritas Brasileira e as políticas sociais do Estado. O estudo oferece uma reflexão crítica sobre o papel histórico e atual da Igreja e do Estado na busca por justiça social.

Palavras-chave: Caridade, Assistência Social, Igreja Católica, Estado, Justiça Social

Introdução

O papel histórico da Igreja Católica na assistência social no Brasil é marcado por uma profunda interação com o Estado e pelas mudanças sociopolíticas que moldaram suas práticas ao longo dos séculos. Desde o período colonial, a caridade desempenhou um papel central, sendo promovida como um dever cristão e uma expressão da moralidade religiosa. Contudo, essas práticas foram frequentemente alinhadas aos interesses das elites, reforçando posições sociais e perpetuando desigualdades estruturais.

No Brasil Imperial, a caridade religiosa foi concebida como uma prática de rompimento imediato, sem desafiar as bases da ordem social. Alinhada ao poder monárquico, a Igreja consolida-se como uma instituição de influência moral e política, apresentando a pobreza como parte de uma ordem divina. Com a chegada da modernidade, no entanto, surgiram novas perspectivas que desafiaram essa abordagem. Movimentos sociais, ideias de progresso e a emer-

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Graduada em pedagogia (UNIP) Pós-Graduação em psicopedagogia (FAVENI) Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia (FUTURA). E-mail: relnafag@hotmail.com



gência do Estado moderno questionaram a eficácia das práticas caritativas tradicionais e introduziram um debate sobre a necessidade de transformações estruturais que promovessem justiça social e equidade.

A questão central investigada neste estudo é: como as práticas de caridade, inicialmente vinculadas à religião, evoluíram para políticas públicas de assistência social e de que maneira essa transição influenciou as funções e responsabilidades do Estado e da Igreja? A pesquisa também busca compreender as dinâmicas de poder subjacentes a essas práticas, explorando como a Igreja acumula capital simbólico e legitimidade ao longo do tempo, mesmo em um cenário de mudanças sociais e políticas.

Além disso, o estudo examina o papel contemporâneo da Igreja Católica e do Estado, destacando iniciativas como a Cáritas Brasileira e programas públicos como o Bolsa Família. Essas ações representam tanto uma continuidade quanto uma ruptura com o passado, diminuindo uma colaboração crescente entre instituições religiosas e estatais na busca por soluções mais abrangentes e inclusivas para combater a pobreza e a desigualdade.

Metodologia

A metodologia utilizada, fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, que busca compreender os processos históricos, sociais e políticos que moldaram a evolução das práticas de caridade e assistência social no Brasil. Essa perspectiva permite analisar em profundidade a interação entre a Igreja Católica, o Estado e a sociedade, explorando as transformações dessas relações ao longo do tempo. Para isso, a pesquisa adota uma análise bibliográfica crítica, utilizando como base autores consagrados nos estudos sobre religião, assistência social e modernidade.

Entre as principais referências, destaca-se José Oscar Beozzo, que oferece uma visão detalhada do papel da Igreja Católica na sociedade escravocrata e oligárquica do Brasil Imperial, apontando como a caridade reforçaria as posições sociais. Pierre Bourdieu contribui com sua teoria do capital simbólico, elucidando como as práticas assistenciais da Igreja serviram para acumular poder e prestígio, mantendo sua influência social. Além disso, Robson Gomes



Filho analisa as transformações trazidas pela modernidade e pelo progresso, com ênfase na transição das práticas caritativas para políticas públicas estruturadas, em um contexto de crescente secularização e modernização.

A revisão bibliográfica é enriquecida pela investigação teórica que aborda o impacto do ultramontanismo, a centralização da autoridade papal e a ocorrência da Igreja às mudanças trazidas pela modernidade. Essa metodologia permite compreender como a caridade evoluiu de uma prática predominantemente religiosa para se tornar parte integrante das políticas públicas contemporâneas, destacando as continuidades e rupturas nesse processo. Por meio dessa análise crítica, o estudo busca oferecer uma visão aprofundada das dinâmicas de poder, controle social e justiça social associadas às práticas assistenciais, tanto no passado quanto no presente.

1. A Caridade no Brasil Imperial

No Brasil Imperial, a caridade foi concebida como uma prática essencialmente religiosa, vista como um dever cristão alinhado aos valores morais e sociais da época. A Igreja Católica, em colaboração com o poder monárquico e as elites dominantes, desempenhava um papel central na assistência aos pobres, oferecendo socorro imediato às necessidades básicas. Contudo, essa prática não questionava as estruturas sociais que perpetuavam a pobreza, reforçando as posições condicionais e consolidando o papel da Igreja como guardião da ordem social.

José Oscar Beozzo (1980) destaca que, nesse período, a caridade era usada como mecanismo de controle social. A pobreza era frequentemente interpretada como uma expressão da vontade divina, e as ações caritativas buscavam incutir nos pobres a acessibilidade de sua condição como parte de um desígnio maior. A Igreja legitimava sua atuação ao oferecer ajuda pontual, mas evitava enfrentar as causas estruturais da desigualdade, perpetuando, assim, a submissão dos oprimidos. A relação de dependência criada pela caridade contribuiu para a manutenção do status quo, fortalecendo as elites e o domínio simbólico da Igreja.

Esse modelo de caridade também refletia as dinâmicas de poder da época. A assistência não apenas proporcionou benefícios imediatos às classes mais vulneráveis, mas também acumulou prestígio e legitimidade para a Igreja, consolidando sua posição como uma instituição



indispensável para a manutenção da ordem social. Em contrapartida, os pobres eram vistos como receptores passivos, sem autonomia para transformar a sua realidade.

Além disso, as práticas de caridade eram profundamente influenciadas por uma visão teológica que associava sofrimento e virtude, valorizando a resignação como uma qualidade cristã. Essa perspectiva, ao mesmo tempo que reforçava a piedade cristã, desestimulava a busca por mudanças estruturais que pudessem desafiar as bases da desigualdade.

A análise desse período revelou como a caridade, longe de ser apenas um ato de compaixão, era parte de uma lógica mais ampla de poder e controle social. A Igreja Católica utilizou as ações assistenciais como instrumento para fortalecer sua autoridade moral e política, enquanto as elites mantinham sua posição dominante ao delegar à Igreja a responsabilidade pelo cuidado com os mais pobres. Assim, a caridade no Brasil Imperial, ao invés de promover a justiça social, contribuiu para a perpetuação de uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

2. A Modernidade e a Crítica à Caridade Tradicional

Com a chegada da modernidade e o avanço das ideias de progresso no final do século XIX, a prática da caridade tradicional passou a ser alvo de críticas cada vez mais intensas. A sociedade brasileira, em transformação com o fim da escravidão e o início do processo de industrialização, iniciou um questionamento se as ações caritativas, predominantemente ligadas à Igreja Católica, eram suficientes para lidar com as causas estruturais da pobreza e da desigualdade social. Nesse contexto, surge uma nova perspectiva que desafia a visão da caridade como rompe imediatamente e propõe mudanças estruturais que promovam a justiça social.

Robson Gomes Filho (2018) destaca que o conceito de modernidade trouxe uma reavaliação das práticas assistenciais tradicionais. As missões redentoristas e o ultramontanismo, por exemplo, introduziram críticas às noções ocasionais de caridade, argumentando que ela frequentemente perpetuava o status quo ao invés de fortalecer as raízes da desigualdade. O ultramontanismo, movimento que reforçou a centralidade da autoridade papal e a conexão da



Igreja com o catolicismo universal, influenciou significativamente o modo como a Igreja respondeu às novas demandas sociais e políticas. Nesse cenário, a caridade deixou de ser vista apenas como um dever cristão individual para ser integrada nos debates sobre políticas públicas e reforma social.

A teoria de Pierre Bourdieu fornece uma lente importante para analisar esse período de transição. Segundo Bourdieu, a caridade tradicional, além de atender necessidades imediatas, acumulava capital simbólico para a Igreja, reforçando sua legitimidade como uma instituição moralmente superior. Esse capital simbólico permitiu à Igreja manter sua influência na sociedade mesmo em tempos de crescente secularização e avanço do Estado moderno. No entanto, as críticas à caridade devem enfatizar o seu papel na manutenção das desigualdades, argumentando que ela serve mais como um mecanismo de dominação simbólica do que como uma solução eficaz para os problemas sociais.

A modernidade trouxe novas ideias sobre a função do Estado na assistência social. As políticas públicas foram elaboradas com o objetivo de redistribuir renda e abordar as causas profundas da pobreza, como o acesso limitado à educação, saúde e emprego. Essas mudanças representaram um choque de paradigmas, pois introduziram uma abordagem mais sistêmica, focada em transformar as estruturas sociais, ao invés de apenas remediar os sintomas da desigualdade.

No Brasil, o final do século XIX e o início do século XX marcaram um período de transição em que a Igreja Católica teve que adaptar suas práticas para responder às novas demandas sociais. As ideias de progresso e modernidade desafiavam a lógica tradicional da caridade como expressão de conformidade com a ordem divina, exigindo um envolvimento mais ativo na construção de soluções estruturais. Nesse sentido, o diálogo entre as visões de Beozzo e Gomes Filho revela como a caridade e o assistencialismo passaram a ser reavaliados em meio às transformações sociais e políticas desse período.

A crítica à caridade tradicional não eliminou seu papel, mas sua reformulação. Em vez de ser apenas um ato de compaixão pessoal ou institucional, as práticas assistenciais chegaram a ser vistas como parte de uma estratégia mais ampla de justiça social, envolvendo tanto o



Estado quanto a sociedade civil. Essa transição é essencial para compreender como a modernidade não apenas transformou a assistência social, mas também desafiou as instituições religiosas a repensarem seu papel em um mundo em constante mudança.

3. Cáritas Brasileira e o Papel Contemporâneo da Igreja e do Estado.

A criação da Cáritas Brasileira, em 1956, marcou um importante momento de transição na atuação assistencial da Igreja Católica no Brasil. Fundada como uma rede nacional de promoção da caridade e da solidariedade, a Cáritas surgiu com o objetivo de ir além das práticas tradicionais de alívio imediato, incorporando ações voltadas para a transformação social. Inspirada nos princípios da doutrina social da Igreja, a Cáritas assumiu um papel central na promoção de iniciativas que combinam assistência emergencial com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social dos mais vulneráveis.

No contexto contemporâneo, a atuação da Cáritas Brasileira ilustra a adaptação das práticas assistenciais às novas demandas sociais. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, a instituição desempenhou um papel crucial ao mobilizar recursos e voluntários para atender comunidades afetadas pela fome, desemprego e falta de acesso a serviços básicos. Essa atuação foi particularmente relevante em áreas remotas e em situações em que o Estado não conseguiu responder de forma eficaz. A Cáritas também liderou esforços para acolher migrantes venezuelanos, promovendo programas de formação profissional, abrigos e iniciativas de integração social, com o objetivo de oferecer autonomia e dignidade a essas populações.

Além de seu impacto prático, a Cáritas simboliza a evolução do papel da Igreja Católica na assistência social. Ao contrário das práticas caritativas tradicionais que muitas vezes reforçavam relações de dependência, a Cáritas adota uma abordagem que busca enfrentar as causas estruturais da pobreza. Essa transformação reflete uma ruptura parcial com o modelo assistencialista do passado, embora mantenha a essência do compromisso cristão com a solidariedade.

Paralelamente, o Estado brasileiro também ampliou sua atuação na assistência social nas últimas décadas. Políticas públicas como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil exemplificam



um esforço mais estruturado para redistribuir renda e combater a pobreza de forma sistemática. Essas iniciativas representam uma mudança significativa em relação à caridade tradicional, ao integrar ações voltadas para a inclusão social e a equidade econômica. No entanto, a colaboração entre o Estado e a Igreja Católica permanece essencial, especialmente em contextos em que a Igreja consegue alcançar populações marginalizadas que muitas vezes ficam fora do alcance das políticas estatais.

A interação entre a Igreja e o Estado na assistência social contemporânea revela tanto continuidades quanto rupturas. Por um lado, a Cáritas e outras iniciativas religiosas continuam a desempenhar um papel importante na prestação de assistência direta. Por outro lado, a crescente institucionalização da assistência social pelo Estado reflete um movimento em direção a políticas mais inclusivas e estruturais, que buscam promover a justiça social em vez de apenas mitigar os sintomas da desigualdade.

Apesar dos avanços, a colaboração entre a Igreja, o Estado e a sociedade civil enfrenta desafios significativos. A coordenação de esforços, a superação de visões paternalistas e a criação de estratégias que promovam a autonomia das populações vulneráveis são questões centrais. A Cáritas Brasileira exemplifica como a Igreja Católica pode se adaptar às demandas contemporâneas, mantendo sua relevância ao trabalhar em parceria com políticas públicas e ao incorporar perspectivas mais amplas de desenvolvimento humano.

Essa dinâmica evidencia que, enquanto o Estado se consolida como principal responsável pela formulação e execução de políticas sociais, a Igreja Católica, por meio da Cáritas e de outras iniciativas, continua a desempenhar um papel de destaque na construção de uma rede de apoio que integra solidariedade, inclusão e transformação social. Isso reflete a necessidade de um esforço conjunto e coordenado para enfrentar os desafios da pobreza e da desigualdade no Brasil de forma mais eficaz e sustentável.

Conclusão

A evolução das práticas de caridade e assistência social no Brasil reflete uma complexa interação entre a Igreja Católica, o Estado e as transformações sociopolíticas ao longo do tempo.



Desde as práticas caritativas tradicionais do período imperial, marcadas por uma lógica de controle social e alinhamento com as elites dominantes, até as iniciativas contemporâneas voltadas para a inclusão social e o combate à pobreza estrutural, a trajetória da assistência no Brasil ilustra mudanças significativas, mas também revela importantes continuidades.

A transição da caridade tradicional para políticas públicas mais estruturadas foi impulsionada por fatores como a modernidade, o progresso e a expansão das responsabilidades do Estado. Essa transformação exigiu que a Igreja Católica reavaliasse seu papel, passando de uma instituição exclusivamente religiosa para um ator social que busca colaborar com o Estado em iniciativas de alcance mais amplo. A criação da Cáritas Brasileira simboliza esse esforço de adaptação, combinando os valores cristãos de solidariedade com abordagens que promovem autonomia, dignidade e justiça social.

Apesar dessas mudanças, a análise crítica aponta que as práticas assistenciais ainda enfrentam desafios significativos. Por um lado, o Estado brasileiro tem ampliado sua atuação na redistribuição de renda e na implementação de políticas públicas como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, que representam avanços no combate à pobreza. Por outro lado, a Igreja Católica, por meio de iniciativas como a Cáritas, continua a desempenhar um papel essencial, especialmente em áreas onde o Estado encontra limitações. No entanto, para que essas ações sejam verdadeiramente transformadoras, é necessário superar a lógica assistencialista que, em muitos casos, ainda perpetua dependências e não enfrenta as causas estruturais das desigualdades.

O diálogo entre Igreja, Estado e sociedade civil é crucial para a construção de estratégias eficazes e duradouras de combate à pobreza e à desigualdade. Essa colaboração precisa ir além da assistência imediata, focando na implementação de políticas públicas que promovam mudanças estruturais e garantam direitos fundamentais. Além disso, a análise histórica demonstra que, embora a caridade tenha desempenhado um papel importante no alívio do sofrimento, ela muitas vezes reforçou hierarquias e relações de poder que perpetuaram a exclusão social.

A compreensão das lições do passado é fundamental para enfrentar os desafios do presente. A Igreja Católica, com sua vasta experiência histórica e alcance social, tem um papel estratégico a desempenhar na promoção de uma assistência social mais justa e inclusiva. Ao mesmo tempo, é essencial que o Estado assuma sua responsabilidade como principal articulador



de políticas públicas que combatam a desigualdade de forma sistemática. Juntos, esses atores podem contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa, onde a caridade e a assistência social deixem de ser apenas paliativos e se tornem instrumentos de verdadeira transformação social.

Em suma, a história da caridade no Brasil revela que, embora avanços significativos tenham sido feitos, o caminho para a justiça social ainda exige esforços contínuos. A colaboração entre Igreja, Estado e sociedade civil, orientada por princípios de equidade e autonomia, é essencial para construir um futuro mais inclusivo e digno para todos.

Referências

BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de Interpretação a partir do Povo*. São Paulo: Paulinas, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DUBY, Georges. *Ano 1000, Ano 2000: Na Pista de Nossos Medos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GOMES FILHO, Robson. *Os Missionários Redentoristas Alemães e as Expectativas de Progresso e Modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)*. Niterói: UFF, 2018

GOMES FILHO, Robson. “Ultramontanismo e a Reação Católica à Modernidade no Século 19.” *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 76, pp. 226-263, 2023.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma Questão de Revisão de Conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma”. *Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, Vol. 2, n.2, 2010.